

# Vigilância Socioassistencial

## Programa Primeira Infância no Suas e Povos Originários e Comunidades Tradicionais

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

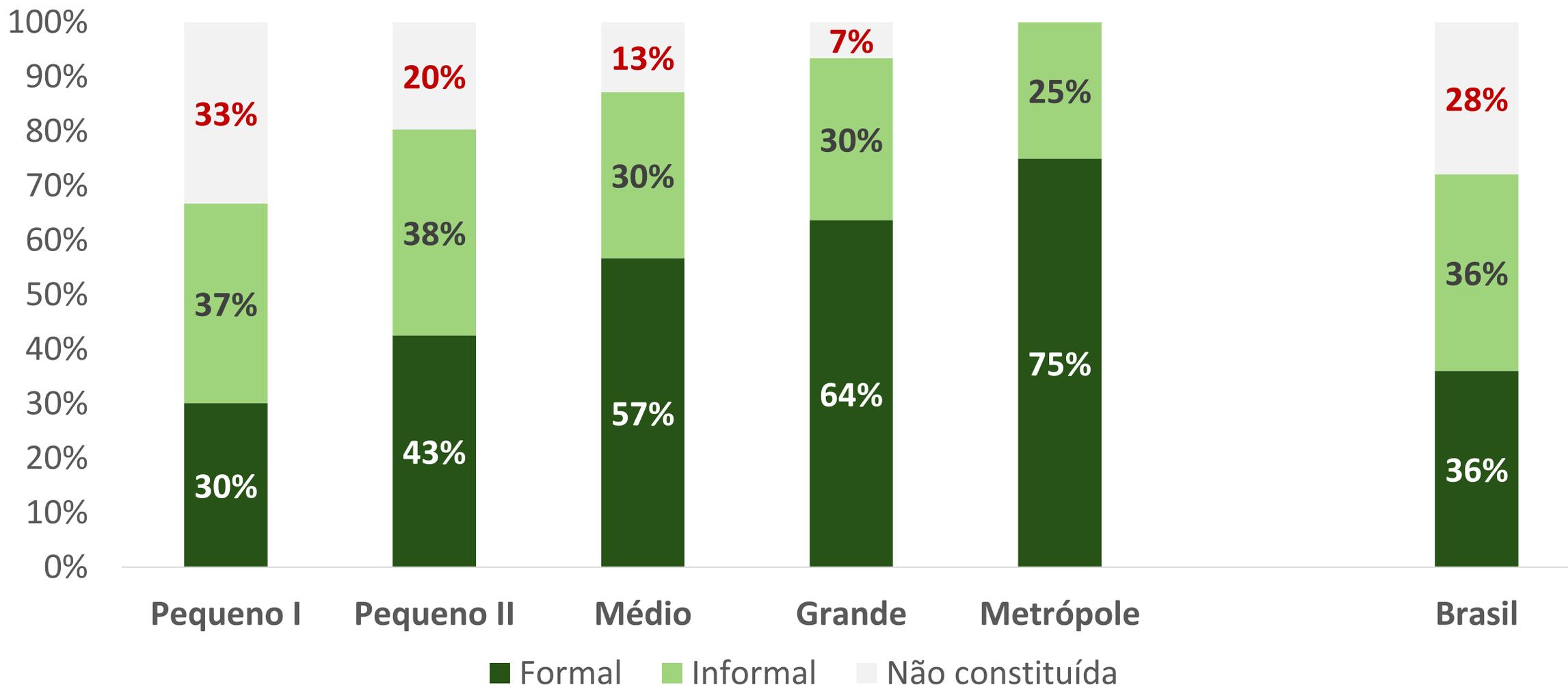


# Um retrato da Vigilância Socioassistencial a partir dos dados do Censo SUAS



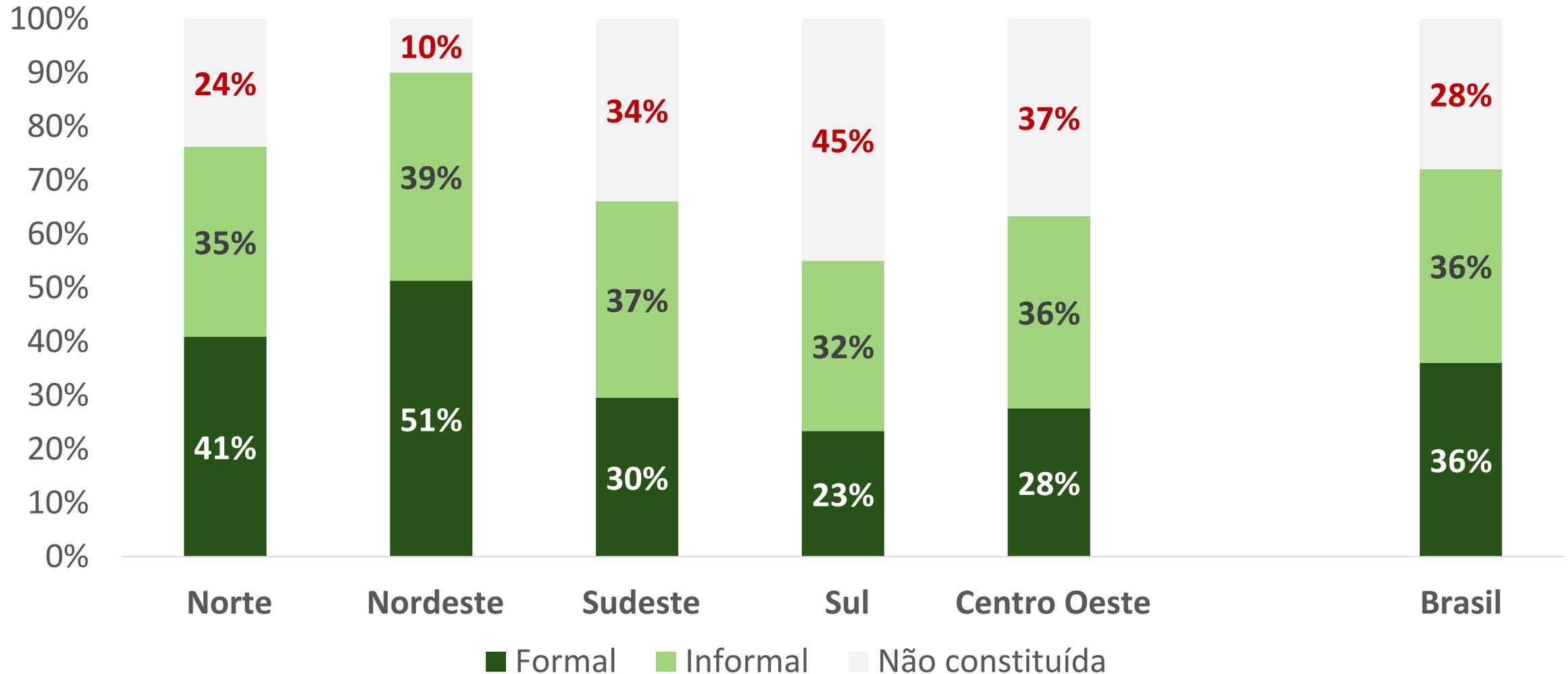
# Percentual de municípios segundo a formalização da área/setor de Vigilância e o Porte Censo SUAS - Gestão Municipal 2023

Quanto maior o porte, mais formalizada é a Vigilância

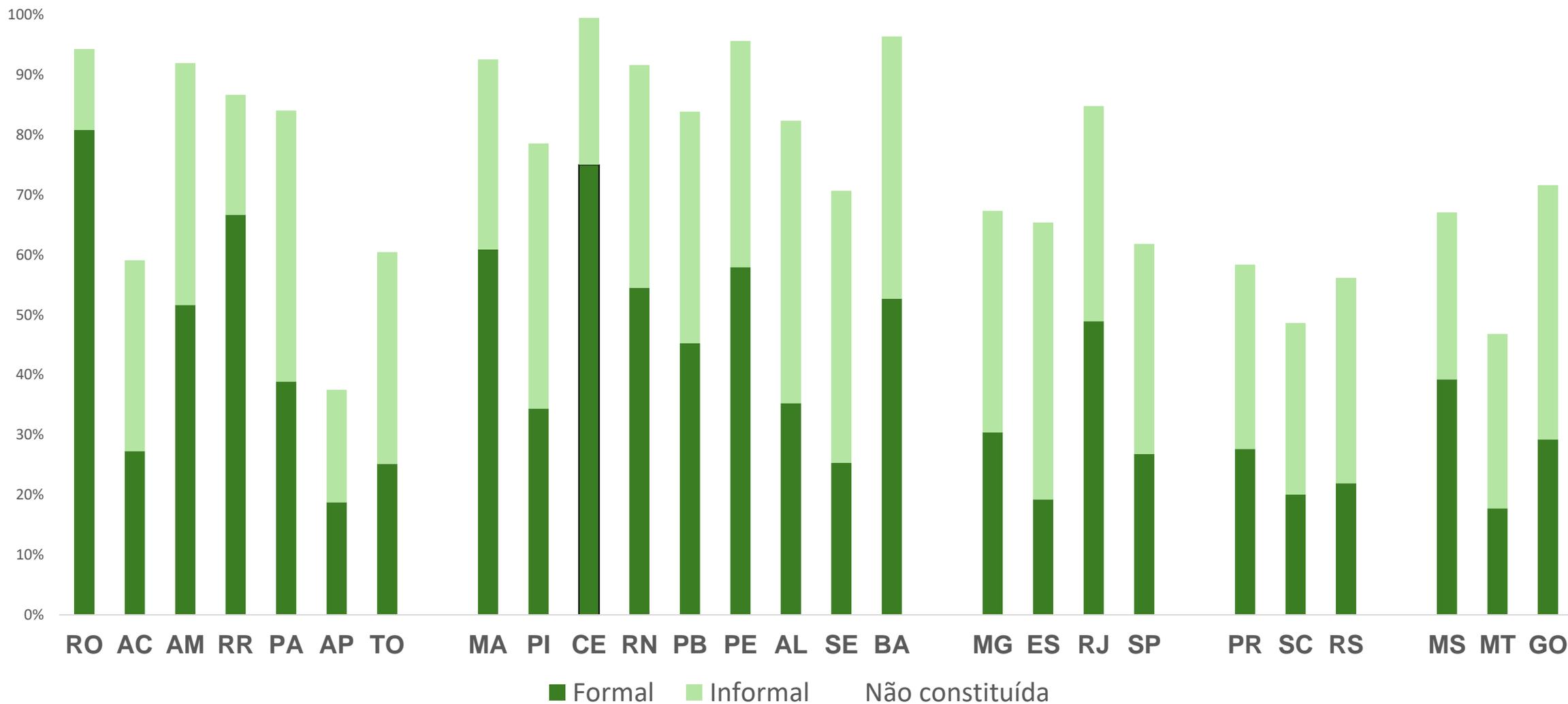


# Percentual de municípios segundo a formalização da área/setor de Vigilância e a Região Censo SUAS - Gestão Municipal 2023

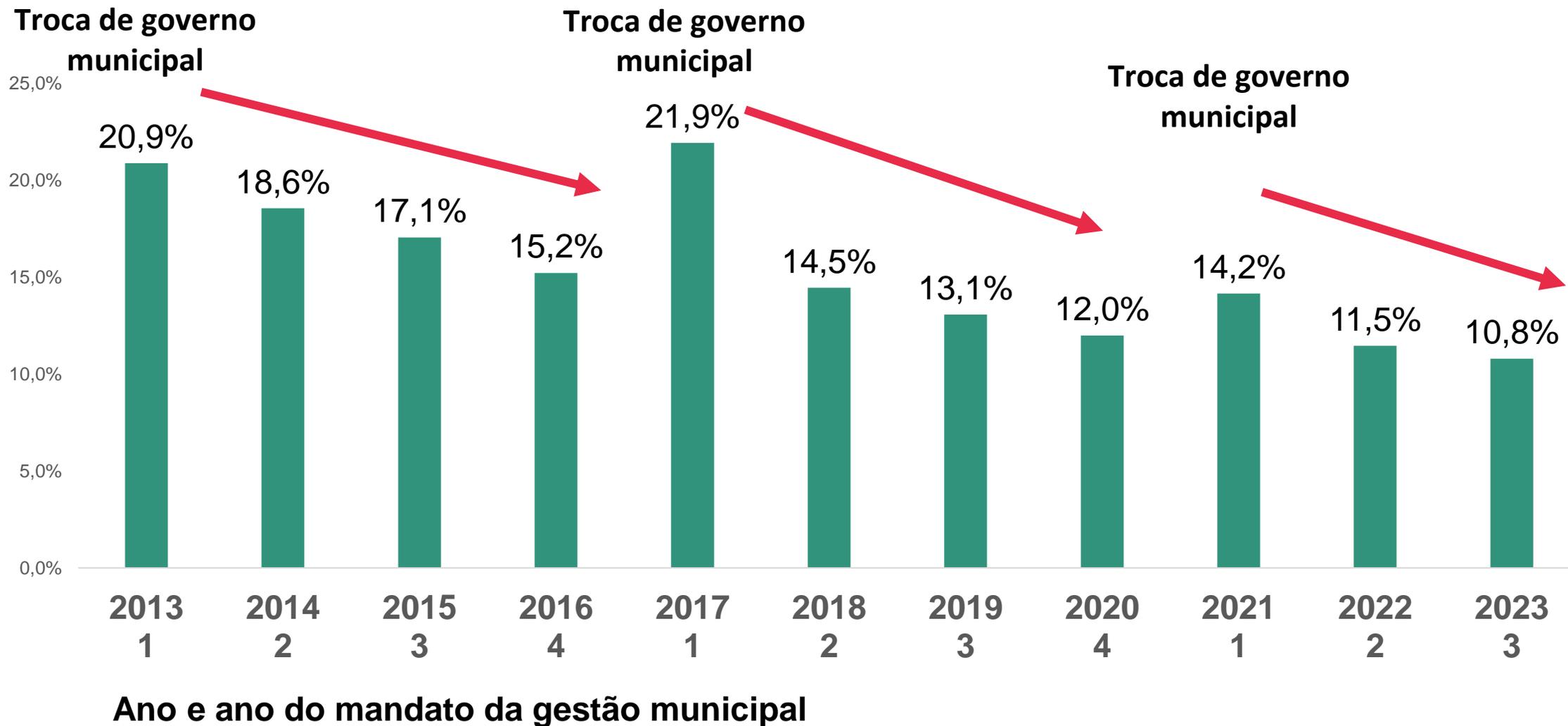
A Região NE apresenta os maiores percentuais de municípios com Vigilância constituída



# Percentual de municípios segundo a formalização da área/setor de Vigilância e o Porte - Censo SUAS - Gestão Municipal 2023

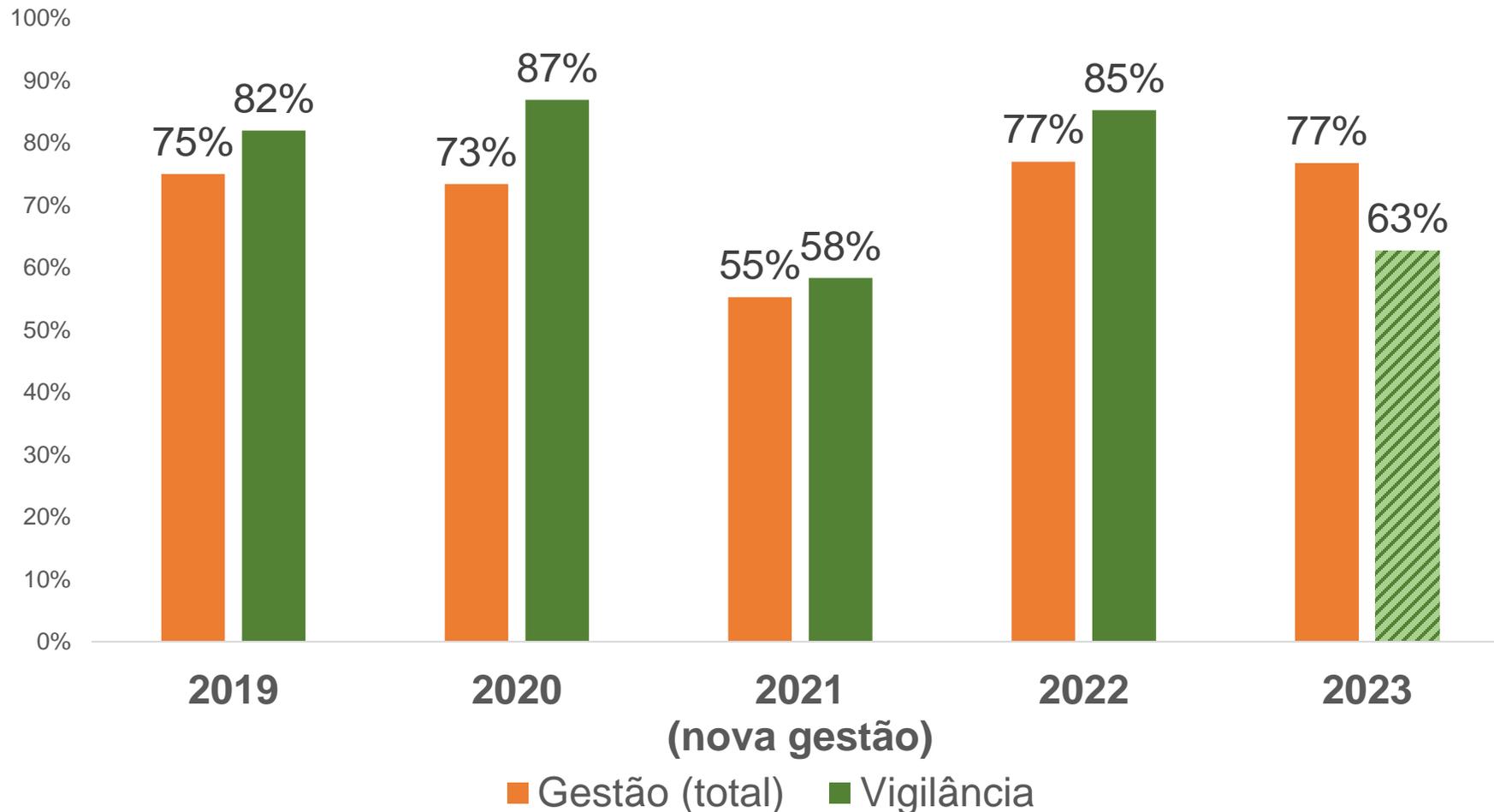


# Percentual de municípios que retrocederam na institucionalização da Vigilância, em comparação com o ano anterior



# Cenário para 2025: Rotatividade dos trabalhadores

Percentual de trabalhadores que permaneceram no órgão gestor no mesmo municípios, em relação ao ano anterior



**Mais de 80% dos trabalhadores da Vigilância permanecem, de um ano para o outro, durante o mandato.**

**Na virada de mandato, apenas 58% permanecem**



# Primeira infância, povos originários e povos e comunidades tradicionais



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Contextualizando a ênfase na primeira infância

Criação do Unicef  
(1946)

ECA (1990)

Lei 13.257/2016  
(Marco Legal da  
Primeira Infância)

# Contextualizando a ênfase na primeira infância

PCF (2016)  
Primeira Infância  
no SUAS (2023)

Perfil  
socioeconômico  
das famílias com  
crianças

Políticas de  
Cuidado

# Mais de 50% das crianças brasileiras de 0 a 6 anos estão em famílias de baixa renda

Estudo do MDS em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal revelou que 80% delas estariam na extrema pobreza se não fosse o Bolsa Família

## Filhos de famílias pobres tem apenas 2,5% de chance de chegar ao topo da pirâmide, aponta estudo

Essa baixa mobilidade é consequência das desigualdades sociais, regionais e de renda, que contribuem para a perpetuação do sistema que privilegia o status quo

# O que são e quem são os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)?

## POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

“(...) Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (Decreto nº 6.040/2007)



Indígenas



Quilombolas



Quebradeiras



Pomeranos





**Ciganos**



**Ribeirinhos**



**Povos de Terreiro**



**Seringueiros**

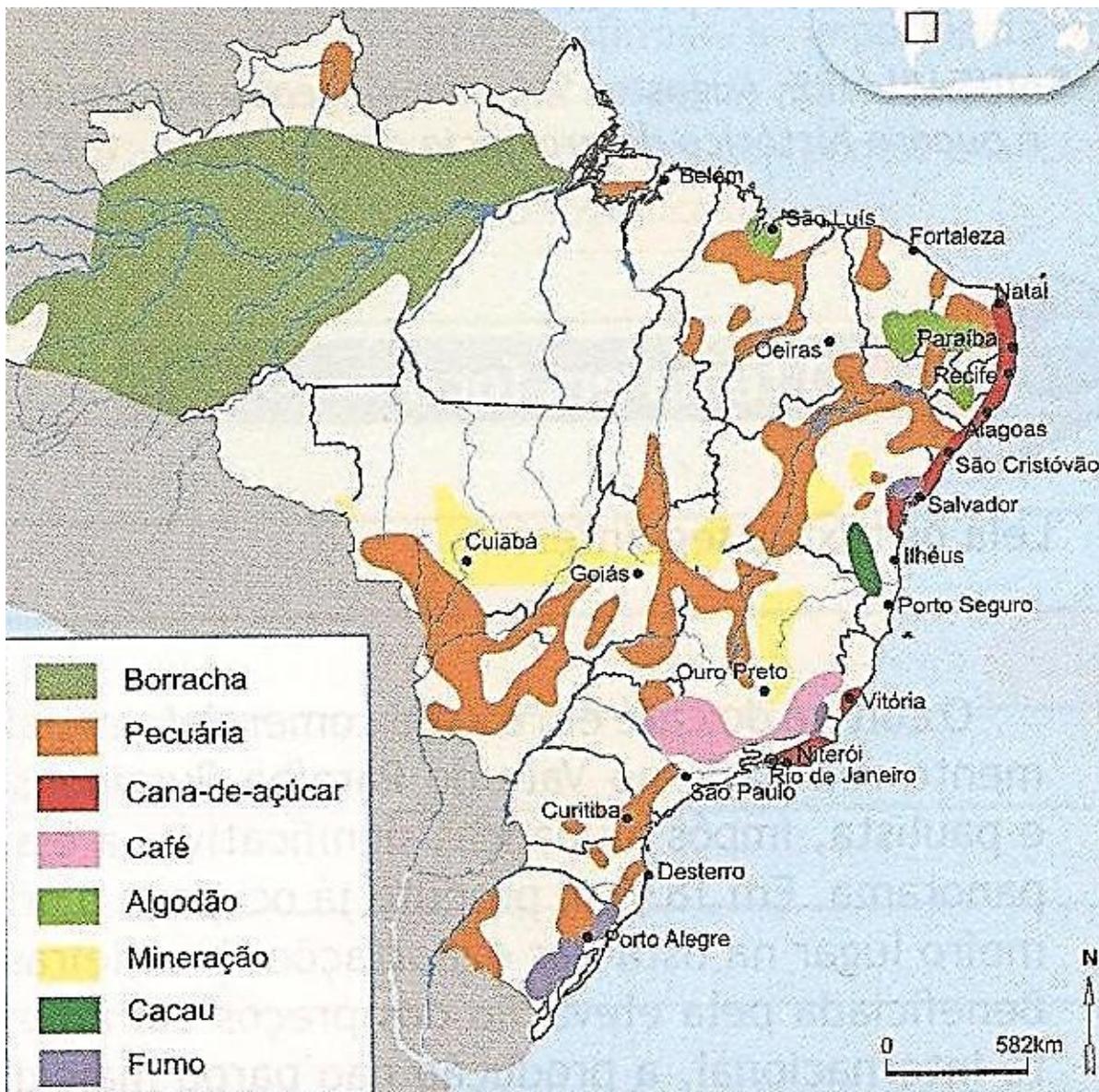


# Conselho Nacional de PCT (Decreto 8750/2016 e Decreto 11.481/2023 )

- I - povos indígenas;
- II - comunidades quilombolas;
- III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana;
- IV - povos ciganos;
- V - pescadores artesanais;
- VI - extrativistas;
- VII - extrativistas costeiros e marinhos;
- VIII - caiçaras;
- IX - faxinalenses;
- X - benzedeiros;
- XI - ilhéus;
- XII - raizeiros;
- XIII - geraizeiros;
- XIV - caatingueiros;
- XV - vazanteiros;

- XVI - veredeiros;
- XVII - apanhadores de flores sempre vivas;
- XVIII - pantaneiros;
- XIX - morroquianos;
- XX - povo pomerano;
- XXI - catadores de mangaba;
- XXII - quebradeiras de coco babaçu;
- XXIII - retireiros do Araguaia;
- XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto;
- XXV - ribeirinhos;
- XXVI - cipozeiros;
- XXVII - andirobeiros;
- XXVIII - caboclos;
- XXIX - juventude de PCTs

# Um pouco de História



## Ciclos econômicos, ocupação e frentes de expansão territorial no Brasil, Séc. XIX

- Cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de relações entre os ocupantes do território e os “novos ocupantes” ou invasores: violência, conflito e resistência, mas também fuga, acomodação e reocupação do território por parte dos povos originários (indígenas), da população negra resistindo à escravidão e da população pobre que ocupava as terras.

- **“Marginalidade econômica”**: alguns grupos se estabeleceram nos “interstícios” dos centros econômicos;
- **Dinâmica de apropriação fundiária**: Com a prevalência do conceito de estado-nação e do capitalismo, a terra passa a ser propriedade (Lei de Terras do Império - 1850), e a classificação da terra passa a ser terra pública x terra privada (em vez de terra de uso comum).
- Muitos grupos sociais definem a si mesmos a partir de sua relação com a terra, o território e o ambiente em que vivem.

# Um pouco de História

## Luta, conquista e reconhecimento de direitos

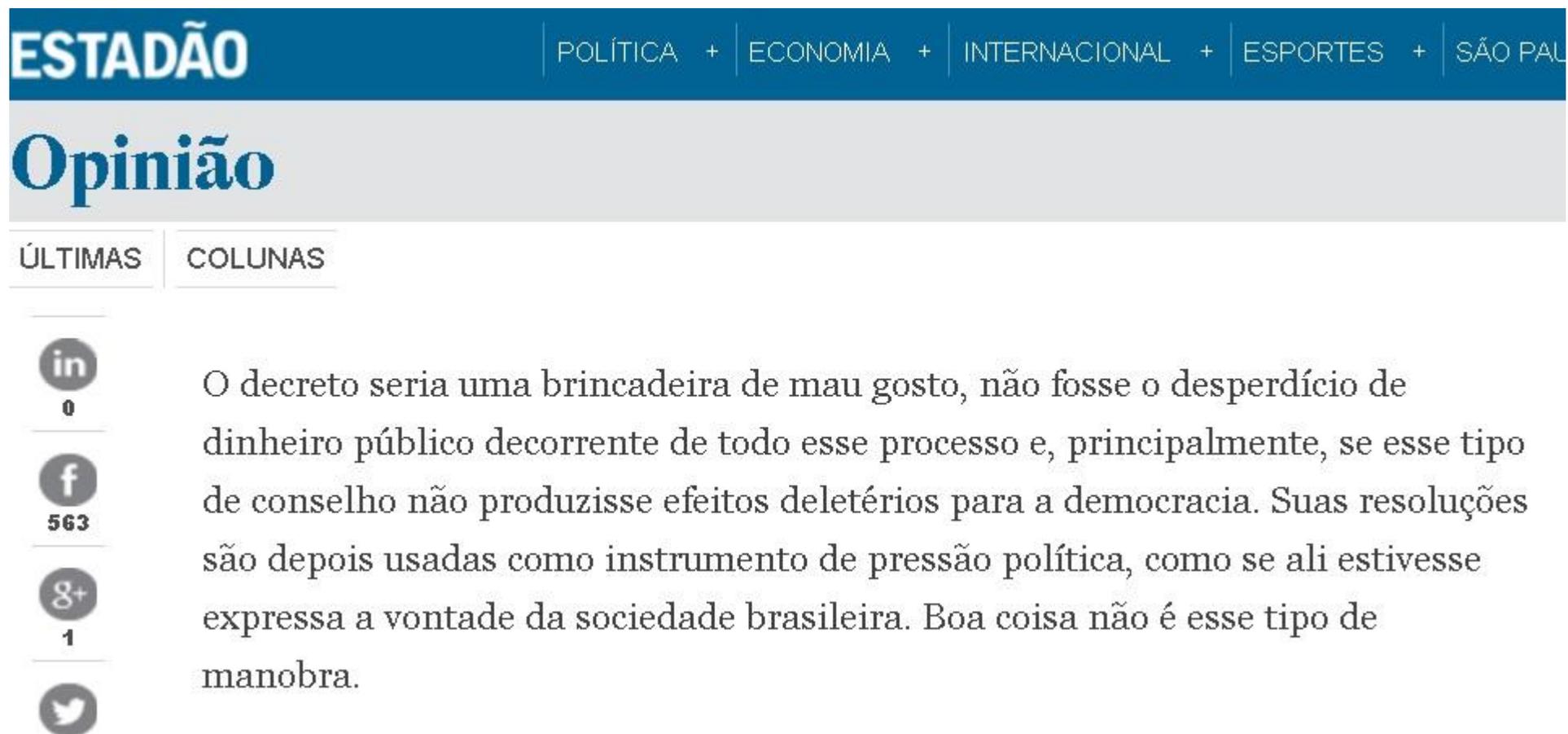
- **Constituição de 1988:** Avanço nos Direitos Civis e ambientais; Indígenas - Reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e à terra que tradicionalmente ocupam; Quilombolas – reconhecida a propriedade das terras que ocupam;
- Fortalecimento de **movimentos e organizações de PCTs**
- **Convenção 169 da OIT** sobre povos indígenas e tribais (1989); Foi ratificada no Brasil em 2002;
- Realização da Conferência sobre Meio Ambiente **Rio Eco 1992**
- **Decreto-lei nº 10408/2004** cria a **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais**;
- Realizado o 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais
- PNAS (2004): Universalidade e equidade na Assistência Social;

# Luta, conquista e reconhecimento de direitos

- **Decreto-lei nº 6040/2007** cria a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**;
- 2010: A versão V7 do CadÚnico permite identificar “Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos” (GPTE) (não apenas PCTs), adotando estratégias e abordagens de cadastramento diferenciado.

1. indígenas
2. quilombolas
3. ciganas
4. comunidades de terreiro;
5. extrativistas
6. pescadores artesanais
7. ribeirinhas
8. assentadas da Reforma Agrária
9. acampadas rurais
10. agricultores familiares
11. beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário
12. atingidas por empreendimentos de infraestrutura
13. de presos do sistema carcerário
14. de catadores de material reciclável
15. pessoas em situação de rua)

- 2016: Decreto 8750 - Transformação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais



The image shows a screenshot of the 'Opinião' (Opinion) section on the Estadão website. The top navigation bar includes the 'ESTADÃO' logo and menu items for 'POLÍTICA', 'ECONOMIA', 'INTERNACIONAL', 'ESPORTES', and 'SÃO PAULO'. Below the navigation, the 'Opinião' title is displayed in a large, blue, serif font. Two tabs, 'ÚLTIMAS' and 'COLUNAS', are visible. On the left side, there are four social media sharing icons: LinkedIn (0 shares), Facebook (563 shares), Google+ (1 share), and Twitter. The main text of the article is a paragraph discussing the decree, stating it would be a tasteless joke if it resulted in the waste of public money and the negative effects on democracy.

**ESTADÃO** | POLÍTICA + | ECONOMIA + | INTERNACIONAL + | ESPORTES + | SÃO PAULO

## Opinião

ÚLTIMAS | COLUNAS

 0

 563

 1



O decreto seria uma brincadeira de mau gosto, não fosse o desperdício de dinheiro público decorrente de todo esse processo e, principalmente, se esse tipo de conselho não produzisse efeitos deletérios para a democracia. Suas resoluções são depois usadas como instrumento de pressão política, como se ali estivesse expressa a vontade da sociedade brasileira. Boa coisa não é esse tipo de manobra.

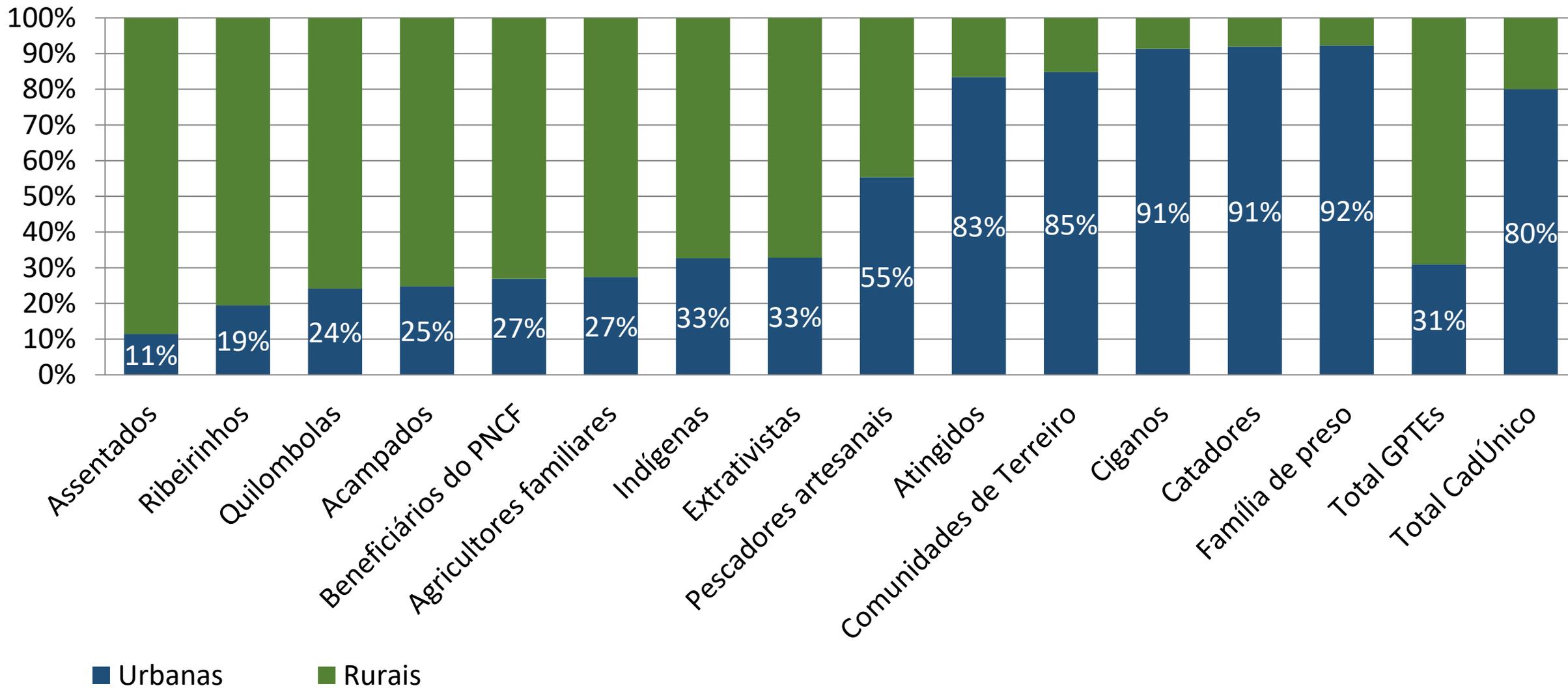
## Características presentes entre os PCTs

- **Dificuldade de acesso:** grande parte de populações específicas reside no meio rural, longe dos centros urbanos e da sede do município (indígenas, quilombolas, entre outros).



# Predominância do meio rural

## Cadastro Único - Percentual de famílias GPTE por localização do domicílio

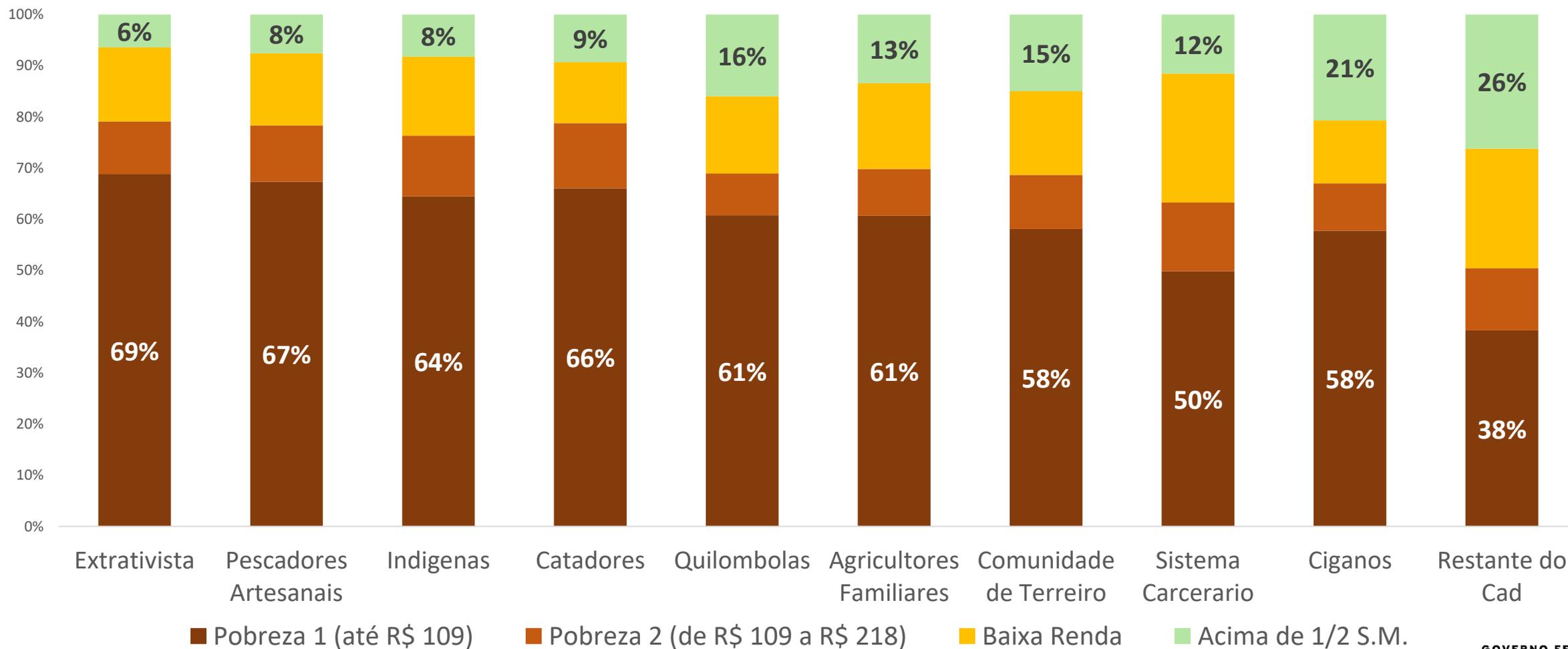


## ▪ Vivenciam processos de exclusão e vulnerabilidade mais intensos:

- Vítimas de violência e violação de direitos;
- Luta pelo direito à terra;
- Vítimas de preconceito e discriminação;
- Dificuldade de acesso às políticas públicas
- Renda familiar *per capita menor*
- Indicadores tradicionais de “qualidade de vida” apresentam níveis baixos, mas muitas vezes não se aplicam

(Por ex. domicílio com água encanada, luz elétrica, esgotamento sanitário)

# Pessoas GPTe e restante do CadUnico segundo a faixa de renda familiar *per capita* – Nov/24



- **Importância do território:** Muitos grupos definem sua identidade, seu modo de vida e sua sobrevivência a partir de sua relação com o território.
- **“Invisibilidade social”:** dificuldade das políticas e agentes públicos reconhecerem suas especificidades. Às vezes não são reconhecidos como membros de um PCT; São muitas vezes vítimas de preconceitos e de estereótipos;



# Quais fotos são de indígenas? (Resp: Todas)



A adoção, em maior ou menor grau, de costumes e práticas da sociedade envolvente, como o uso de vestimentas e de tecnologias como telefones e automóveis não significa por si só perda da identidade nem enfraquecimento de sua cultura ou de suas especificidades.



- **Desafiam as perspectivas territoriais dominantes nas políticas públicas:**
  - Às vezes residem perto de limites municipais ou estaduais, estando mais próximos da sede do município vizinho ou se estendem por mais de um município;
  - Situam-se em áreas de fronteiras, existindo enquanto grupo nos dois lados antes mesmo do estabelecimento da fronteira
  - Alguns possuem características de mobilidade coletiva sazonal ou periódica
- **Diversidades socioculturais e identitárias: diversas concepções de família, cuidado com crianças e idosos, parentesco.**

# Como a Vigilância pode atuar com foco na Primeira infância, povos originários e povos e comunidades tradicionais?

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

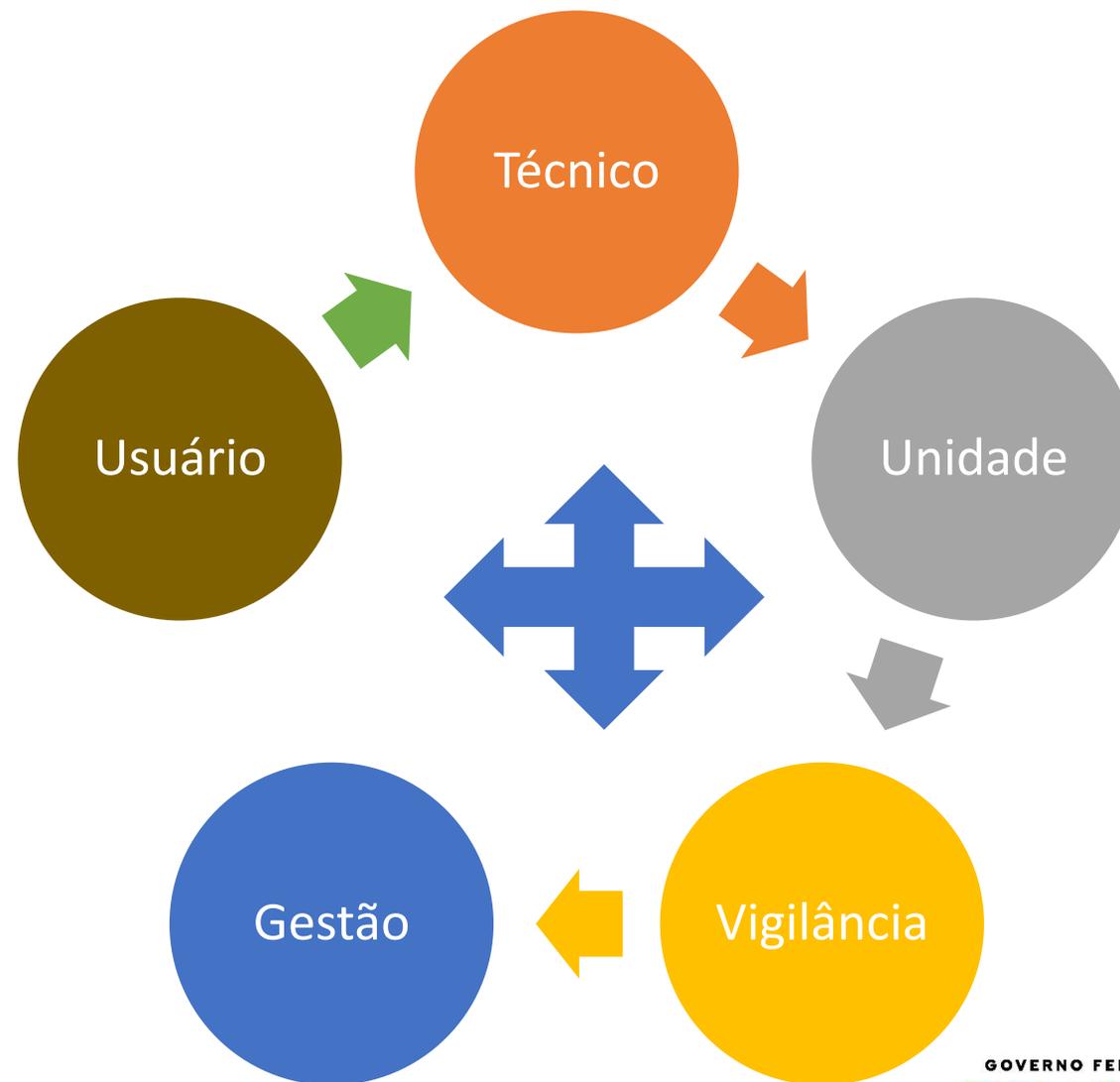
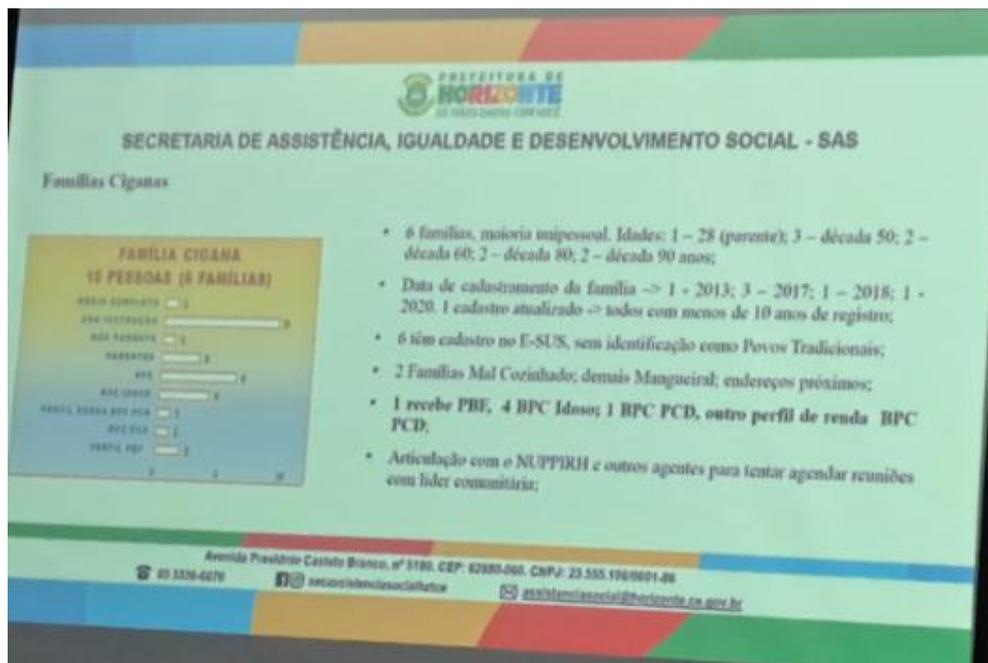
GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# Organização, estruturação e padronização de informações

Intervir no ciclo da informação

Exemplos: Horizonte





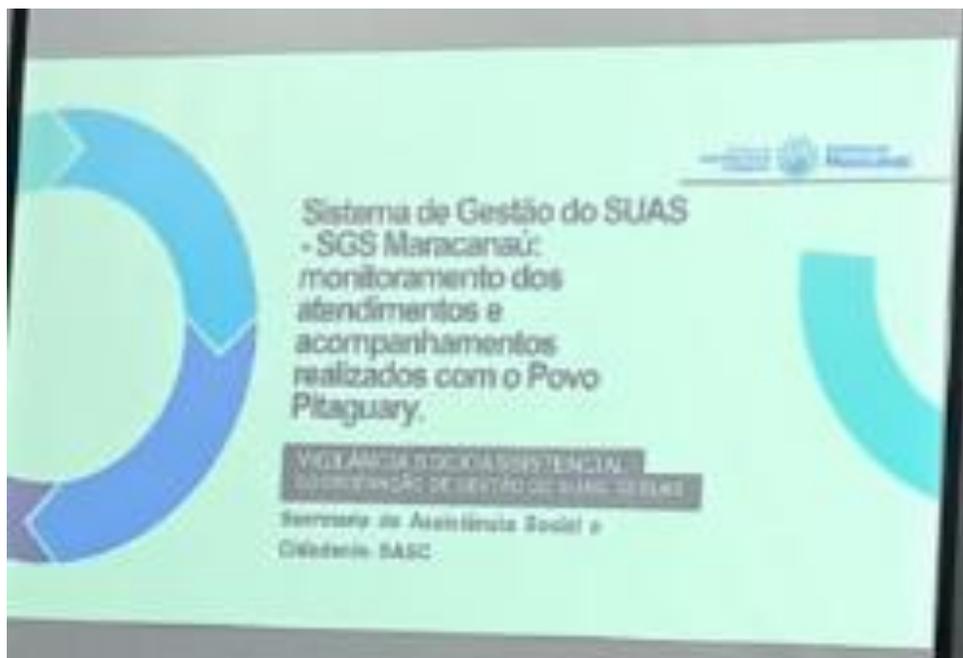
# Cadastro Único

Conhecer para incluir



# Criação e Gerenciamento de sistemas informatizados

**Exemplos:**  
Quixadá;  
Maracanaú



# Elaboração de diagnósticos e estudos

## Exemplos: Boa Viagem, Porteiras, Icapuí

**PREFEITURA DE BOAVIAGEM**  
SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E GARANTIA DE DIREITOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

**OBJETIVO**

- Fortalecer o vínculo na primeira infância entre o cuidador e a criança garantindo a convivência familiar e comunitária através da integralidade de direitos.
- Promover a proteção social através da interrelação entre a política de assistência social e demais políticas públicas voltadas a primeira infância, como saúde e educação.
- Articular a vigilância socioassistencial com outras políticas públicas visando o conhecimento do território.

**RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Elaboração de diagnóstico social do Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz pela vigilância socioassistencial.
- Fortalecimento da vigilância socioassistencial.
- Ampliação de serviços assistenciais e respectiva capacidade operacional e inclusão das famílias nos diferentes programas e serviços existentes no território.
- Fortalecimento da intersetorialidade através de ações estratégicas coordenadas pela vigilância socioassistencial.

**METODOLOGIA**

Diagnóstico social das famílias inseridas no Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz através de instrumento elaborado pela vigilância socioassistencial e articulação da vigilância com as demais políticas públicas envolvidas, dentre elas educação e saúde, visando a prevenção de riscos e superação de vulnerabilidades através da construção e do fortalecimento de vínculos. As atividades foram trimestralmente avaliadas pelo Comitê Gestor da Primeira Infância e expostas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMOCA, como forma de acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas.

**DESAFIOS E SUPERAÇÕES**

Seguir cronograma de reuniões do Comitê Gestor da Primeira Infância, sendo assim ficou estabelecido que sempre ao final do terceiro trimestre aconteceria as reuniões.

Promoção de capacitações que viessem atingir os objetivos de ambos os programas que possuem como público alvo a primeira infância no município promovendo a integralidade. Realizada a capacitação sobre primeiros socorros para programas e projetos voltado a primeira infância e de escuta especializada.

**DIAGNÓSTICO CRIANÇA FELIZ**

**CUIDADOR (A)**

Gênero	Porcentagem
MASCULINO	5%
FEMININO	95%

**BENEFÍCIOS SOCIAIS**

Benefício	Porcentagem
Bolsa Família	95%
Maria Auxíliada Ceará	26%
Cartão Alimentar	7%
Bolsa Mãe	4%
BPC-Solidariedade	3%
Outros	1%
Não recebe nenhum	1%

**AÇÕES INTERSETORIAIS**

Fotografia de uma reunião interdisciplinar com profissionais de diferentes áreas discutindo casos e estratégias de atendimento.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### PROJETO INTEGRAÇÃO DE DADOS: Gestão de Informação do Quilombo dos Souza de Porteiras – CE.

**JUSTIFICATIVA**

A Vigilância Socioassistencial de Porteiras, cumprindo o seu papel de gestão de informação, se propõe a buscar, produzir e sistematizar informações emergidas da Comunidade Quilombo Dos Souza com a implantação do Projeto Integração de Dados: Gestão de Informação do Quilombo dos Souza de Porteiras – Ceará.

O Projeto direciona os processos de trabalho, qualificando e embasando o planejamento das ações de referência, no que diz respeito às ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios, que contemplem ações adequadas às peculiaridades e expectativas da referida comunidade.

**OBJETIVO GERAL**

Sistematizar dados municipais, estaduais e nacionais existentes, que retratem o território vivo do Quilombo dos Souza em Porteiras - CE para a construção do Diagnóstico Socioterritorial.

**DIAGNÓSTICO QUILOMBO DOS SOUZA**

A história de formação da comunidade do Quilombo dos Souza entrelaça-se com a ocupação da Chapada do Araripe e da existência e resistência da população negra na região, que começa entre 1805 e 1899, com migração de ex-cativeiros vindos das cidades de Foz de Iguaçu e São Paulo do Estado de Pernambuco, para exercer sua força de trabalho no engenho, colheita do algodão e na criação bovina.

Destaca-se em sua origem, o Senhor Raimundo Valente dos Souza, conhecido como Raimundo Preto, que fugiu de uma fazenda no estado de Pernambuco. O quilombo dos Souza foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares e está localizado no São Vasconcelos, em Porteiras – CE, representando muito mais que resistência: trata-se de presença e de resistência por estar num sistema de apagamento da cultura e memória do povo negro da região do Ceará.

**DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO QUILOMBO DOS SOUZA DE PORTEIRAS - CEARÁ**

ACESSE O PROJETO (QR CODE do Projeto)

ACESSE O DIAGNÓSTICO (QR CODE do Diagnóstico)

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 3ª MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

#### MAPEAMENTO TERRITORIAL DA VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

**JUSTIFICATIVA**

O Mapeamento Territorializado dos riscos sociais e pessoais do município de Icapuí busca identificar as violências e violações de direitos, na Primeira Infância, existentes no município, através das notificações de casos de violência e violação de direitos, na perspectiva de planejar políticas públicas de enfrentamentos aos mesmos. Nesse sentido, a análise e sistematização dos dados das violações de direitos na Primeira Infância, permite subsidiar o planejamento das ações a serem desenvolvidas. Entendemos que conhecer as violações de direitos de uma população vulnerável é o primeiro passo para impedir que estas se repitam.

**ENVOLVIDOS**

- Profissionais do SUAS;
- Conselho Tutelar;
- Profissionais da Educação;
- Profissionais da Saúde;
- Promotora de Justiça da Comarca de Icapuí;
- Policia Civil e Policia Militar.

**RESULTADOS**

Visualização da realidade do município quanto à existência de violências e violações de direitos; o monitoramento contínuo e a estimativa de demanda potencial para os serviços de ação preventiva por meio da Proteção Básica e protetiva por meio da Proteção Especial, bem como a sensibilização para a importância das denúncias. Assim como também garante articulações fortalecidas dos serviços socioassistenciais em parceria com a rede intersetorial.

**OBJETIVO**

Identificar os riscos sociais e pessoais na Primeira Infância existentes no município de Icapuí-Ce, através da notificação de casos de violência e violação de direitos, na perspectiva de planejar políticas públicas de enfrentamentos aos mesmos.

**METODOLOGIA**

```
graph TD; A[Entrega da ficha notificação de risco e recolhimento] --> B[Sistematização qualificada dos dados coletados]; B --> C[Mobilização da rede de Proteção para participação de Seminário]; C --> D[Realização do Seminário de socialização];
```

**ANEXOS**

Tipificação de Risco	Notificação
Abandono	~1
Exploração	~1
Ruptura de Vínculo	~1
Violência Psicológica	~1
Violência Física	~1
Negligência	~1
Total	~6

NOTIFICAÇÃO POR TIPIFICAÇÃO DE RISCO CICLO DE VIDA - 0 A 6 ANOS

# Monitoramento e Avaliação

## Exemplos: Mauriti

### O Monitoramento possibilita:

- *Conhecer como a política pública está acontecendo na realidade*
- *Orientar, revisar e ajustar seu desenvolvimento*
- *Aumentar a eficiência e a transparência da política*

**PROJETO PACTO MUNICIPAL PELA Primeira Infância**

**VULNERABILIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS**  
O Projeto Pacto Municipal Pela 1ª Infância visa apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças na 1ª infância, oferecendo proteção social e encaminhamentos necessários para garantir o bem-estar das crianças e seus familiares.

**VULNERABILIDADES MONITORADAS**

VULNERABILIDADE	DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
1. FAMÍLIAS COM BAIXA RENDA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Objetivo: Melhorar condições e institucionalização de PCD, promover mobilidade física e cognitiva, e saúde no dia a dia. Meta: 50% das famílias com crianças 0-5 anos no MATRAPII (maternidade, resultado alcançado: 50% das famílias foram visitadas, com registro de encaminhamento para serviços de acompanhamento especializado.	Resultado Atingido: 50% das famílias com crianças 0-5 anos no MATRAPII (maternidade, resultado alcançado: 50% das famílias foram visitadas, com registro de encaminhamento para serviços de acompanhamento especializado).
2. FAMÍLIAS COM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR FORA DA ESCOLA (4 A 14 ANOS)	Objetivo: Inserir as famílias no MATRAPII e garantir frequência de ensino de 3º ano. Meta: Atender 50% das famílias matriculadas. Resultado Atingido: 100% das famílias matriculadas e 100% das crianças matriculadas. Meta Não Atingida: Não se atingiu a meta de 50%.	Resultado Atingido: 100% das famílias matriculadas e 100% das crianças matriculadas.
3. FAMÍLIAS COM INFRAESTRUTURA INADEQUADA	Objetivo: Inserir as famílias no PAIF e utilizar com a Secretaria de Obras. Meta: Atender 100% das famílias. Resultado Atingido: 50% das famílias receberam proteção social, com encaminhamento para serviços de infraestrutura.	Resultado Atingido: 50% das famílias receberam proteção social, com encaminhamento para serviços de infraestrutura.
4. FAMÍLIAS COM REPERCUSSÃO NO PISF (SOLTA FAMÍLIA)	Objetivo: Inserir as famílias no PAIF e garantir a continuidade do benefício. Meta: 20% das famílias inseridas no PAIF para acompanhamento. Resultado Atingido: 17% das famílias foram acompanhadas e registradas no SCDFI para garantir a renda mínima. Meta Não Atingida: Não atingiu a meta de 20%.	Resultado Atingido: 17% das famílias foram acompanhadas e registradas no SCDFI para garantir a renda mínima.
5. FAMÍLIAS COM CADASTRO DESATUALIZADOS NO CADASTRO ÚNICO	Objetivo: Atualizar cadastros e garantir a continuidade do benefício do PISF. Meta: 30% das famílias com cadastros atualizados, mantendo o acompanhamento. Resultado Atingido: 17% das famílias tiveram seus cadastros atualizados. Meta Não Atingida: Não atingiu a meta de 30%.	Resultado Atingido: 17% das famílias tiveram seus cadastros atualizados.
6. GRUPO POPULACIONAL TRADICIONAL (OPT)	Objetivo: Inserir as famílias no PAIF para garantir proteção social. Meta: 100% das famílias inseridas no PAIF para acompanhamento. Resultado Atingido: 7% das famílias tiveram aumento no acesso aos direitos socioeconômicos e participação em grupos do PAIF. Meta Não Atingida: Não atingiu a meta de 100%.	Resultado Atingido: 7% das famílias tiveram aumento no acesso aos direitos socioeconômicos e participação em grupos do PAIF.

**PARCERIAS ENVOLVIDAS**

- Vigilância Socioeconômica	- Secretaria de Educação
- CADPAIF e CDSAPASIS	- Comissão para 1ª Infância
- CAGE (Comissão Municipal de Assistência Social)	- Comissão Municipal de Segurança Alimentar
- COMEC (Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)	- Programa Mais Infância
- Cadastro Único	

**CONCLUSÃO DOS RESULTADOS**

O projeto atingiu importantes resultados, como a inserção de 50% das famílias com crianças com deficiência em acompanhamento, e a melhoria nas condições de vida de outras famílias com problemas de infraestrutura. No entanto, algumas metas como a inserção de famílias no PAIF e a atualização de cadastros não foram totalmente atingidas, indicando uma necessidade de ações para garantir mais acesso.

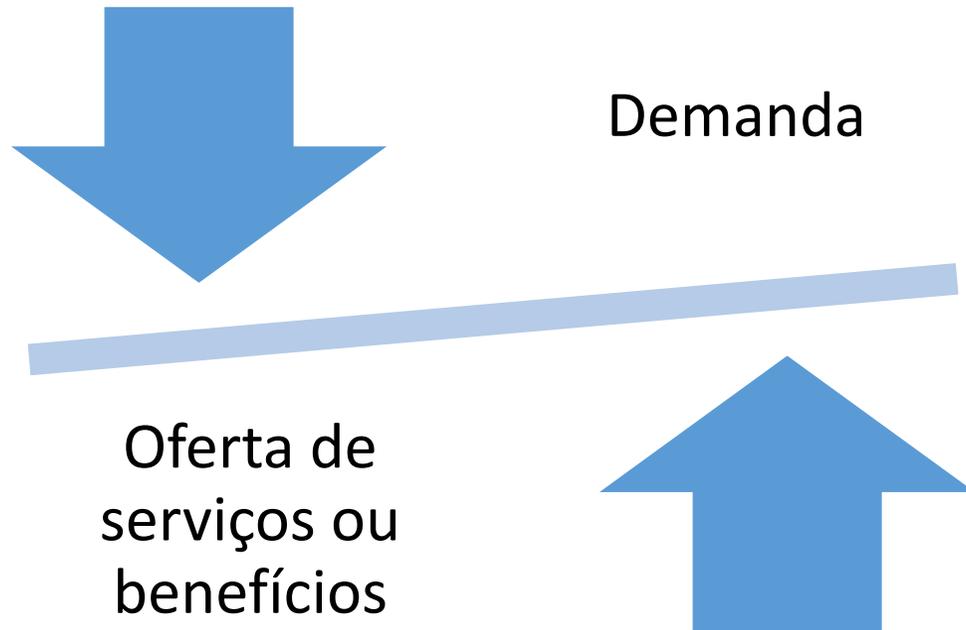
**PÚBLICO A SER TRABALHADO**  
Famílias em situação de vulnerabilidade social, segundo o PNAS, com crianças na 1ª infância.

*"CONSTRUÍMOS UM FUTURO MELHOR PARA OS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS EM MAURITI."*

Logos: MAURITI, SPDT, UNICEF

# Planejamento e organização de ações de Busca Ativa

## Exemplos: Pindoretama



### 3º Mostra de Experiências Exitosas em Vigilância Socioassistencial do Ceará

Reconhecer para Incluir: Explorando o território e sua diversidade cultural para inclusão das famílias de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro no Cadastro Único de Pindoretama.

**Justificativa:**  
Em Outubro de 2023, a Vigilância Socioassistencial de Pindoretama, através da pesquisa que visava subsidiar o trabalho social com as famílias dos povos e comunidades tradicionais, orientada pela Secretaria de Proteção Social - SPS, pactuada com a Comissão Intergestora Bipartite - CIB - Identificou, com auxílio da base nos dados do Cadastro Único, marcação de famílias de povos e comunidades tradicionais, com ênfase nos Povos de Terreiro, estaria inferior à realidade social, tendo vista, que por meio da coleta de informações, verificou-se que o número poderia ser maior ao declarado pela base cadastral. Por isso, Cadastro Único e Vigilância Socioassistencial iniciaram o trabalho de exploração do território e sua diversidade cultural para inclusão das famílias de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro na base cadastral, haja visto, que esse grupo se destacou, em maior discrepância, dentro os outros Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

**Objetivo Geral:**  
Levar para agenda municipal a necessidade de se trabalhar e reconhecer essas populações, abordando-as adequadamente e lhes conferindo visibilidade por meio da inclusão e identificação no Cadastro Único.

**Objetivos Específicos:**

- Fazer o Mapeamento dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) do Município de Pindoretama;
- Realizar busca ativa de famílias de baixa renda pertencentes as Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro;
- Aumentar, de forma equânime, a verificação na identificação de grupos específicos no universo de famílias cadastradas;
- Promover, através da inclusão e/ou atualização cadastral, a visibilidade institucional e política dos determinantes culturais, sociais e econômicos da pobreza;
- Estimular o aprimoramento da vigilância socioassistencial em âmbito municipal e estadual acerca da cobertura da Política de Assistência Social junto aos povos originários e comunidades tradicionais.

**Metodologia:**  
Busca ativa; Visitas aos Terreiros; Rodas de conversa e coleta de dados in loco por meio do Google Forms <https://forms.gle/YvrtqjvH4t8Bmh9B>

**Resultados Alcançados:**  
Em Outubro de 2023, constavam na base do cadastro único, apenas 02 pessoas estavam marcadas como pertencentes as comunidades de terreiro. Com a realização das visitas, as ações de mapeamento dos GPTEs, foi possível elevar esse número. Constatando até o final de junho de 2024, a atualização de mais de 11 famílias e 23 pessoas inseridas nos grupos populacionais tradicionais e específicos, autodeclaradas como pertencentes as comunidades de terreiro.

**Desafios e Superações:**  
Conclui-se que a Vigilância Socioassistencial e o Cadastro Único já conseguiram realizar o trabalho de inclusão da grande maioria dessas grupos em vulnerabilidade social, mas ainda cumpre a árdua tarefa de identificá-los como detentores de um modo de vida particular ou situação específica por meio da atualização cadastral, além da sensibilização desse público enquanto ao seu pertencimento às suas comunidades tradicionais.

**Terreiros que fizeram parte da Pesquisa:**

- Terreiro de Umbanda Pombagira e Triaca Rua
- Centro Espírita e Umbandista Ogum Beira Mar
- Terreiro de Umbanda (Oxunji) São Sebastião
- Terreiro de Umbanda - Tenda Za Piltra das Almas
- Terreiro de Candomblé - Inmande Religiosa, Beneficente e Cultural do Ilê Axé Omê Bilé.

**CONFIRA O MATERIAL AUDIOVISUAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA** | Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social | **CRAS**

# Desafios e caminhos para a implantação da Vigilância nos municípios



# Estratégias do Governo Federal para a Implantação da Vigilância



Criação do IGDSUAS (2011), indicador e incentivo financeiro para auxiliar, dentre outros, a implantação da vigilância.



Elaboração e publicação do Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância (2013) e do CapacitaSUAS (2013 e 2016)



Estratégias de Apoio Técnico (Encontros presenciais, Teleconferências e *Lives*, Grupos de Whats App com estados)



Realização anual dos Encontros Nacionais de Vigilância (Exceto 2016, e 2019 a 2023)



Realização de 3 mostras de experiências e boas práticas em vigilância



Inclusão de metas associadas à implantação da Vigilância no Pacto de Aprimoramento dos Municípios 2014-2017

# Qual o efeito da implantação da Vigilância nos municípios?



Os dados produzidos pela Vigilância ajudam a **encontrar/tornar visíveis** as **famílias** em situação de **desproteção e vulnerabilidade**



Os dados produzidos permitem ao gestor **tomar melhores decisões** (onde implantar novas unidades, quais as maiores demandas, etc.)



A implantação da vigilância promove **transparência dos dados** para órgãos de controle, conselhos e usuários

# Qual o efeito da implantação da Vigilância nos municípios?



A implantação da Vigilância **umenta a efetividade dos serviços**: estudo do TCU em 2019 concluiu que municípios com vigilância formalizada acompanhavam 36% mais famílias no CRAS do que os municípios sem vigilância.



Os municípios com equipe de vigilância apresentam melhores indicadores IDCRAS, IDCREAS e IDConselho (em média 15% mais alto)



Em 2023, os municípios com equipe de vigilância realizaram **250% a mais de atendimentos no CRAS**

# Cofinanciamento

---

O IGD-SUAS se mostrou insuficiente como incentivo financeiro (valor baixo, falta de previsão orçamentária e impossibilidade de custear RH permanente)

---

O desafio para os Governos Estaduais e o Gov. Federal é instituir cofinanciamento para custear a formação de equipes permanentes de vigilância

---

Alguns estados conseguiram criar estímulos financeiros vinculados à indicadores, como o IDCRAS

# Sistemas de Informação

---

Necessidade de criar sistemas de informação e relatórios mais aderentes às necessidades dos municípios e estados

---

Aperfeiçoar os sistemas existentes e garantir sua disponibilidade

---

# Regulação e Gestão do Trabalho

---

Muitos municípios ainda não dispõem de Lei do SUAS, nem regulamentaram o setor/área de Vigilância no órgão gestor

---

62% dos municípios não dispõe de nenhum técnico na Vigilância.

Dificuldades para contratar, como as restrições da LRF, carência de informação e falta de priorização e planejamento

---

Precarização dos vínculos de trabalho no SUAS e na Vigilância;

Rotatividade de RH, especialmente nos anos de mudança de mandato

# Cultura da Informação

---

As atividades da Vigilância não são vistas como necessárias ou prioritárias, tanto pelos profissionais das unidades quanto pela Gestão

---

Falso dilema do **Atender *versus* Registrar**;  
Sensibilizar para a importância do registro correto, em todos os níveis

---

As Vigilâncias ainda comunicam mal, com pouca visibilidade; a informação não chega para o usuário nem para os grandes tomadores de decisão

# Apoio Técnico e outras formas de estímulo

---

Desafios impostos pela nova cultura da informação: comunicação mais clara, rápida e objetiva, e sobretudo, *on line*

---

Mostras de Experiências em Vigilância: Promovidas tanto pelo Governo Federal quanto por alguns estados, **as Mostras impulsionaram a qualidade do trabalho da Vigilância**

---

Em tempos de retração e retrocessos no SUAS, municípios e estados passaram a debater seus desafios e se inspiraram uns nos outros, em um trabalho coletivo.

# Departamento de Gestão do SUAS

**Coordenação-Geral de Planejamento,  
Vigilância Socioassistencial e Gestão da  
Informação**

<http://blog.mds.gov.br/redesuas>

E-mail: [vigilanciasocial@mds.gov.br](mailto:vigilanciasocial@mds.gov.br)

Tel. (61) 2030-3300 e 3376

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL

**BRASIL**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO